

Nação em guerra, repórteres em luta

AS PESSOAS, de uma forma geral, gastam uma boa parcela do seu tempo procurando um significado para suas existências. Estabelecer um conjunto de objetivos e valores em nome dos quais se deve viver e lutar é, como se sabe, uma tarefa difícil. Tal meta, no entanto, é extremamente mais complexa quando o que se deve justificar é, não a vida, mas a morte.

Afinal, onde e como pode se encontrar argumentos capazes de dar sentido a uma vida dedicada à propagação da destruição? Como podem indivíduos e nações aceitarem em paz de espírito a idéia de matarem ou serem mortos?

Ideologias de todos os tipos têm tentado prover ao longo da história respostas a este dilema proposto pela guerra. Podemos, de fato, encontrar modelos de legitimação de muitas espécies: libertemos a Terra Santa (Cruzados); libertemos os povos rudes da barbárie e ignorância (colonialismo); etc. Em outras palavras, a menos que se consiga apoio popular à ideologia que justifica e dá sentido à morte, a sua própria ou a de outros rotulados de inimigos, a guerra coloca, na verdade, mais problemas do que soluções às pessoas e às nações. É por causa disso que os mass media tendem, em tempos de conflito armado, advogarem valores que representam o consenso desconsiderando aqueles que são desviantes, críticos e provocadores.

Falkland/Malvinas é um bom exemplo desta tendência. Este conflito mostra que quando se está em guerra, a reportagem torna-se, na verdade, uma extensão do esforço militar de abater o inimigo. Phillip Knightly, autor de *Falkland: how Britannia ruled the news*¹ mostra neste artigo que o ministro da Defesa da Inglaterra tinha total controle da imprensa nas ilhas Falkland/Malvinas, e que os correspondentes de guerra ingleses concordaram com a censura e o controle oficial imposto ao fluxo de informação. "Ninguém poderia antecipar que correspondentes que tinham feito a cobertura de guerras de outros povos com excepcional objetividade

Jacques A. Wainberg

Professor FAMECOS/ PUCRS
Doutor em Jornalismo ECA/USP

descobriram, ao cobrirem sua própria guerra, que o patriotismo era uma força motora mais poderosa que o profissionalismo”, diz Knightly.

O modelo britânico aceito pela imprensa daquele país constituiu-se de controle do acesso ao campo de batalha, exclusão dos correspondentes neutros, censura de seus próprios correspondentes e incentivo propagandístico de apoio a suas forças em nome do patriotismo. Não podemos esquecer, no entanto, que esta guerra se desenrolou num cenário distante do continente, assim como a invasão norte-americana à Granada, e durante um período curto de tempo. Sob estas condições, o consenso no front interno foi alcançado e mantido.

Um processo similar de obter o apoio público foi conseguido nos primeiros dias da guerra do Vietnã. A retórica oficial descrevendo a “agressão” norte-vietnamita foi eficiente, despertando a percepção pública para o tema da ameaça potencial do inimigo. Os conhecidos símbolos-chaves do imaginário norte-americano de interesse nacional e defesa da liberdade provocaram um forte efeito emocional como, de resto, os policymakers de Washington supunham que ocorresse. A imprensa seguiu este paradigma de apoio, disseminando a ideologia, dando sentido à guerra e seus efeitos negativos.

As notícias vindas do sudeste asiático, anteriores à campanha do Tet, no qual forças do Vietnã do Norte atacaram massivamente as tropas dos Estados Unidos, reportavam que em 58% dos casos os americanos tinham tido a iniciativa das ações (contra 30% do inimigo). No entanto, diz Daniel C. Hallin, autor de *The Uncensored War – The Media and Vietnam*², diz que a seção de Análise de Sistema do Departamento de Defesa estimou que em 1967 o Vietcong e o Exército do Vietnã do Norte tinham começado o tiroteio em 90% das lutas do porte de uma companhia. Em 70% dos casos as batalhas foram descritas pelos relatos jornalísticos como favoráveis aos Estados Unidos.

Era raro encontrar, naqueles anos, qualquer repórter de TV que tivesse a ousadia de

sugerir que os Estados Unidos tinham qualquer política geral para atingir objetivos civis. Mas ataques contra civis perpetrados pelo inimigo “eram diariamente insinuados serem resultado de uma calculada política de terror”. Michael Sullivan, autor de *Vietnam War: a study in the making of American policy*³ chama este apoio da opinião pública na década de 60 de “uma visão extrovertida do mundo”.

Do campo de batalha os correspondentes das emissoras de TV americana evitavam discutir política. Suas histórias eram sobre americanos em ação. E os soldados, ao intervirem no vídeo, reforçavam o consenso ou a justificativa oficial para a guerra. Eles destacavam a necessidade de se deter os comunistas antes “que tenhamos que combatê-los em São Francisco”, denominando a guerra de “a batalha pela democracia contra a agressão comunista”. A televisão era mais uma vez não uma arena para o conflito político, mas, como tinha ocorrido nos cinejornais da Segunda Guerra Mundial, suas cenas falavam de gente e seu esforço em abater o inimigo.

De acordo com Hallin, “os propósitos políticos foram considerados óbvios para serem demonstrados e a atenção do público foi focada no esforço de vencer a guerra” (p.140).

Cerca de 62% de todos os relatos foram apresentados como vitórias para a América (28% de sucesso para o outro lado). Resumindo, a imprensa americana no Vietnã naqueles dias de consenso serviu como um recurso de luta e sua atuação entendida como uma extensão da guerra. Em decorrência, proposições sutis eram feitas na cobertura (Hallin, p.142): a guerra é uma empreitada nacional; a guerra era uma tradição dos Estados Unidos; na guerra vencer é o que conta; a guerra é um procedimento racional. Em outras palavras, de acordo com Hallin, “a integração da imprensa no establishment político podia ser considerado tão seguro que o vestígio de controle governamental direto poderia ser suspenso”.

Talvez por isso o Sidle Panel, conclave convocado para discutir o comportamento dos mass media no conflito, tenha proposto

uma política de relacionamento fraterno do exército americano para com a imprensa. Resalte-se o fato de que não houve reclamações e lamentações pela forma como os jornalistas americanos se comportaram na cobertura da guerra. Afinal, a imprensa dos Estados Unidos não só tinha estabelecido um conjunto voluntário de normas de comportamento⁴, evitando assim a censura oficial, mas também apoiava-se em grande parte em fontes oficiais para seus relatos. Somente 20% de todas as imagens feitas antes da ofensiva Tet mostrou combate real e somente 24% mostrou breves cenas de feridos ou mortos. Uma norma da rede TV CBS, por exemplo, era muito clara: cautela ao mostrar vítimas e soldados em estado de choque.

Hallin, neste livro, defendeu a idéia, agora tornada popular, de que a imprensa não fez os Estados Unidos perderem a guerra do Vietnã. Afinal, não se pode esquecer de que a seleção de imagens e edição constróem o significado do que as audiências vêem e ouvem. Na realidade, as pessoas tendem a ver o que se diz que elas estão vendo. Neste sentido, não se pode também esquecer que a TV é mais ideologicamente orientada do que a mídia impressa e que a TV raramente abandona a esfera do consenso, reforçando quase sempre crenças e atitudes.

Este foi o caso no conflito das ilhas Malvinas/Falkland, com a cobertura censurada; e este foi o caso no Vietnã, onde em somente quatro ocasiões as autorizações de jornalistas "indisciplinados" foram cassadas. Isto leva à conclusão de que a retirada/derrota americana no Vietnã teve outras causas.

Sabe-se que em 1971, 72% dos cidadãos americanos escolheram a retirada. A opinião pública não tinha mais a popular "visão extrovertida do mundo". Em 1974, 66% declarou que o Vietnã foi um erro. O tema era agora controverso. A imprensa podia e devia refletir este novo clima de dúvidas sobre os alegados símbolos-chaves que justificavam a intervenção americana. Tal fato permitiu a imprensa, em muitas circunstâncias, tornar-se outra vez um investigador independente que supervisiona e denuncia o abuso do poder.

"Em 1967 as declarações oficiais sobre a guerra ou imagens positivas do papel americano fluíram através dos portões do jornalismo livremente. Imagens de americanos destruindo as casas de camponeses vietnamitas tinham que ser cuidadosamente examinados antes que fossem autorizados a passar", diz Hallin. Este já tinha sido o caso em 1965 quando Morley Safer, um repórter da CBS, levou ao público norte-americano cenas que se tornaram um marco na cobertura da guerra.

Tais cenas mostravam marineros queimando o vilarejo de Cam Ne. "Será necessário mais do que promessas presidenciais para convencê-lo (ao campesino) de que estamos do seu lado", disse Safer na reportagem. Este chocante relato era incomum na década de 60. Mas na de 1970, após a ofensiva Tet, o público acostumou-se com as histórias de vítimas civis causadas por ação americana, corrupção no regime do Vietnã do Sul e, principalmente, a frustração de lutar aquele tipo de guerra de atrito ou de pequenas unidades.

A sociedade americana assim como os políticos dos Estados Unidos deram-se conta de que não se pode lutar uma guerra limitada contra um inimigo para quem a guerra não é limitada. Este era um conflito planejado para ser contido devido a várias causas. Desde seu início, devido a necessidade de se obter o apoio da opinião pública. O porte da intervenção americana foi limitado assim como a expectativa de sua duração.

No entanto, ficou pouco a pouco evidente de que a abrangência do conflito tinha ido além do nível do que os detentores do poder de decisão desejavam. Não era mais tão claro nem para o soldado nem para sua família que tipo de interesse nacional estava sendo defendido. Ficou difícil descrever um cenário no qual o espectador decobre facilmente quem é o mocinho e quem é o bandido da história. Não havia qualquer ação decisiva e fatal capaz de dar, num curto espaço de tempo, tanto a vitória como o fim da guerra. A imprensa refletia esta mudança de clima e depois de heróico período da década de 1960 "a televisão reportava periodicamente

histórias críticas muito diferentes do que qualquer americano tinha encontrado na reportagem de guerras anteriores”, de acordo com Hallin.

Os políticos estavam desgostosos com os militares que eram incapazes de lhes dar uma vitória decisiva. A burocracia de Washington estava sob pressão e a opinião pública, como um instrumento de guerra, começou a agir diferentemente do ocorrido na experiência americana da Segunda Guerra Mundial na qual todos estavam envolvidos. Mesmo na guerra da Coreia a opinião pública retirou seu apoio, apesar do fato da TV estar ainda em sua infância e a censura imposta.

A missão de qualquer exército é bater o inimigo. Agora se sabe que isso é possível só quando tal comportamento ocorre com a aprovação da retaguarda, ou seja, o povo que sustenta o soldado no front. Quando isso não ocorre, a imprensa reflete e multiplica o mau humor do front interno. Foi esta mudança de humor, e não a imprensa, que venceu o exército norte-americano. Exatamente, por isso, logo após a guerra, o recrutamento obrigatório foi suspenso; o exército norte-americano profissionalizou-se; um comportamento discreto do soldado americano foi obedecido nos anos dedicados à recuperação psicológica e de imagem da era Carter e Reagan; e consenso significativo parece ser agora requisito indispensável para assegurar a vitória do exército.

A rota para uma identidade pós-Vietnã tem sido pesada e difícil para o exército dos Estados Unidos. Trajetória de reconstrução de imagem foi seguida logo após a guerra por Carter e sua política de direitos humanos. Seu sucessor, no entanto, bateu na tecla da recuperação da auto-estima militar e do papel de potência armada. Sua intenção evidente era resgatar a segurança dos velhos tempos. Nesse sentido, a invasão de Granada foi um laboratório experimental desta nova/velha era, uma “operação” destinada a medir a reação da opinião pública e o clima que se formaria no front interno em torno dos novos/velhos mitos.

O espectro da ausência de mitos

confiáveis e o conseqüente renascimento da auto-estima da nação-império, como tentado por Reagan, pareceram a muitos uma balela. A discreta atuação do exército americano até as recentes guerra do Golfo e da invasão do Panamá foi a resposta dos militares a esta falta de confiança e a consciência de não-retorno ao imaginário da potência imperial.

Falkland/Malvinas e Granada não se constituíram nos melhores dos exemplos para se explorar o relacionamento do exército e a imprensa em tempo de guerra. De qualquer forma, ambos os conflitos mostram como estas duas culturas (Imprensa e Exército) tornam-se uma quando o consenso e comprometimento do público são alcançados. Mesmo em países livres, sem qualquer censura imposta, como ocorreu no Vietnã, a imprensa tende a jogar o jogo do Exército quando é isso o que o povo na retaguarda exige. Os soldados sabem que a política, e não a imprensa, é que pode ferir de morte o poder de fogo de suas tropas.

Em tempos de paz o exército dos Estados Unidos é tratado pela imprensa daquele país como uma imensa máquina burocrática que emprega 700 mil homens servindo em 18 divisões, seis delas localizadas no exterior, gastando 80 bilhões de dólares e, como tal, teoricamente, requer alguma, mas não obsessiva, atividade de supervisão dos repórteres. E o dilema de busca de sentido não parece ser o tema central de exércitos em tempos de paz já que não colocam sérias questões nem ao público nem aos críticos mordazes da mídia impressa e/ou eletrônica.

Depois do Vietnã este empregador (o Exército dos Estados Unidos) tem-se comportado de acordo com as leis do mercado: oferece uma carreira, um emprego, um salário e um status. Soldados são soldados por livre e espontânea vontade, e isso confere com o gosto do público e, por conseqüência, com a da imprensa.

O que resta ser visto é como a opinião pública americana está reconstruindo o sentido de vida do papel de seu país no mundo. A questão colocada pela guerra do Vietnã e agora pelo conflito no Golfo é: o que significa ser poderoso? Está claro que não se precisa ter

grande território, grande exército ou enorme população para uma nação ser respeitada, como é o caso do Japão. Talvez nos tempos modernos, não só exércitos mas, principalmente, desenvolvimento econômico confira status.

A recente experiência da Guerra do Golfo é um rico exemplo que propicia matéria prima para reflexões como a do tipo que aqui se propôs. O que se pode registrar tentativamente no que diz respeito ao tópico central deste ensaio, ou seja, o relacionamento de duas culturas radicalmente distintas, o Exército e a Imprensa, no contexto de uma situação de stress absoluto como a guerra, é que pouco jornalismo investigativo foi feito por parte dos correspondentes do ocidente, as fontes oficiais foram mais uma vez privilegiadas, o exército impôs, à semelhança de Granada, controles de movimento aos repórteres, o engajamento da cobertura foi dirigido para mostrar, como na Segunda Guerra Mundial e no conflito da Coreia, o soldado em ação; o debate político cessou com o início das hostilidades, o engajamento do front interno foi obtido de forma massiva (o percentual de opinião pública que apoiou o presidente dos Estados Unidos no início do conflito no Golfo foi praticamente idêntico ao proporcionado a Roosevelt após o ataque a Pearl Harbour), o período de duração da guerra, por sorte, foi curto, evitando o desgaste e a crise simbólica debilitadora das batalhas longas e aparentemente intermináveis.

As razões pragmáticas da intervenção do Ocidente em luta pelo controle dos mananciais de petróleo foram adequadamente acobertados pelos motivos excitadores de adesão, entre eles, o fim à expansão de um ditador bárbaro, o resgate da cidadania kwaitiana, a ajuda a nações amigas e fraternas ameaçadas e a luta pela liberdade. Apelos aos motivos e ao contexto da Segunda Guerra, tão intensamente tratados pela propaganda do ocidente foram facilmente resgatados e utilizados com eficiência.

Diabolizou-se o inimigo e glorificou-se os novos Aliados vindos de todos os quadrantes para lutarem pelos ideais que

uniram os da década de 1940. Acima de tudo, para o público e exército dos Estados Unidos, a experiência permitiu a catarse talvez definitiva dos traumas inibidores da debacle do Vietnã. As forças armadas dos Estados Unidos resgataram sua dignidade, com um número mínimo de baixas, enquanto a imprensa concordava em comportar-se, mais uma vez, em nome da pátria, com um código de guerra na mão: poucas imagens de vítimas civis e de soldados mortos e feridos.

Os oficiais americanos de comunicação, treinados na nova ótica pós-Vietnã, sabiam identificar com clareza o seu dilema. Ou seja, de um lado, reconhecer o impacto "balístico" da palavra dirigida ao civil desde o front e, do outro, tratar de domar a presunção jornalística de vasculhar, em nome da liberdade de imprensa, informação sobre tudo e sobre todos.

O que se viu, e esta história certamente começa a ser contada, foi uma proeza de engenharia social. O sucesso talvez tenha decorrido de um aliado inesperado, o próprio inimigo, cuja ação e discurso alimentou a psique ocidental de temores, ódios, preconceitos, além dos seus interesses geopolíticos. Com um caldeirão como esse fermentando no front interno o soldado obteve o que precisava: o apoio de suas próprias famílias. Foi o que faltou no Vietnã!

A imprensa dos Estados Unidos, com o passar dos anos, liberta-se, pois, da acusação de derrotar o exército de seu próprio país no Vietnã. Como se pretendeu mostrar, as duas culturas, em condições de stress, dão-se as mãos. A presunção do repórter cede ao apelo da pátria, da liberdade, da democracia, do interesse, e do bem estar psíquico das famílias.

Ninguém vive sem tais ou outros motivos semelhantes. É como pedir ao repórter vasculhar a verdade em nome da comunidade quando esta mesma comunidade não quer outra coisa do que coesão em torno do ente querido que luta, acima de tudo, para sobreviver no campo de luta .

Notas

- 1 KNIGHTLY, Phillip. Falkland: how Britanic ruled the news.
- 2 HALLIN, Daniel C. The uncensored war —The media and Vietnam. New York, Oxford Press University, 1986.
- 3 SULLIVAN, Michael P. Vietnam War: a study in the making of American Policy. University of Kentucky Press, 1985.
- 4 Os veículos, entre outras normas, concordaram em não divulgar movimentos de tropas e números de feridos e mortos.